

ATA DA 2ª REUNIÃO - 2022
SUBCOMITÊ DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Data: 27/07/2022

Local: Reunião remota – Google Meets

Horário: 14h00 – 15h30

Presentes:

Exmo. Desembargador Paulo Maurício Ribeiro Pires	Coordenador do Subcomitê
Andreia da Silva Rosa	Seção de Gestão Sustentável
Daniela de Oliveira Castro	Diretoria de Gestão de Pessoas
Eder Lucio de Almeida	Secretaria de Comunicação Social
Erika Goulart Santos	Diretoria de Gestão de Pessoas
Francisco da Silva Soares	Núcleo de Ger. de Prec. e de Ações Coletivas
Gerusa Gontijo Guimarães	Secretaria de Engenharia
Hudson Luiz Guimarães	Secretário de Gestão Predial
João Roberto de Franco Pereira	Secretaria de Desenvolvimento de Pessoas
Júnia Paula Fernandes de Oliveira	Seção de Gestão Sustentável
Márcia Sousa Lages	Diretoria de Tec. da Informação e Comunicação
Renata Franco Nunes	Diretoria de Administração

ATA

O Subcomitê de Acessibilidade e Inclusão do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (SAI - TRT-3), instituído pela Resolução GP N. 181, de 16 de março de 2021, reuniu-se remotamente, em 27 de julho de 2022, tendo comparecido os participantes acima listados, sendo os servidores Daniela de Oliveira Castro, Eder Lucio de Almeida, Erika Goulart Santos e Francisco da Silva Soares como convidados. O servidor João Roberto Pereira representou a Secretaria de Desenvolvimento de Pessoas (SEDP), como suplente do servidor Marcus Vinícius Viana.

A servidora Júnia iniciou a reunião apresentando as demandas referentes à acessibilidade digital, inclusive de documentos, demanda apresentada também pela Diretoria de Gestão de Pessoas pelas servidoras Daniela e Erika. Júnia informou que a

Seção de Gestão Sustentável tem recebido várias demandas, de forma recorrente, referentes à falta de acessibilidade de documentos específicos. Márcia sugeriu que seja utilizado o formulário do *Google*, uma vez que esse é completamente acessível, e que seja solicitado ao Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação que providencie uma alteração no instrumento contratual firmado com aquela empresa, para que inclua um formato de formulário no qual a resposta pode ser baixada ao invés de enviada, em formato PDF, para posterior inclusão no e-PAD. Os integrantes do SAI debateram essa e outras possibilidades de acessibilidade em formulários, como a utilização exclusiva do *Adobe Reader* para editar PDF, por parte de pessoas que utilizem o leitor de tela. Francisco informou que o Adobe tem funcionado de forma acessível apenas em sua versão de 32 bits, ao passo que a versão de 64 bits apresenta erros com o leitor de tela, ainda que o computador seja de 64 bits. Sugeriu que o Tribunal entre em contato com o Adobe para comunicar e questionar sobre tais problemas de forma institucional. A servidora Daniela informou que a demanda dos formulários acessíveis já está sendo trabalhada pela Diretoria de Gestão de Pessoas, porém apenas no âmbito dos documentos produzidos e solicitados por aquela Diretoria, por ocasião do projeto de reestruturação de seu portal. Relatou que tem trabalhado de forma próxima a servidores de outras áreas para encontrar a solução para esse problema de acessibilidade, como Francisco e Márcia, também presentes na reunião, e Priscila, da Secretaria de Gestão Estratégica. Daniela frisou a importância de que esse tema seja tratado de forma mais geral e institucionalizada dentro do Tribunal, sugerindo a criação de um Grupo de Trabalho voltado para a melhoria da acessibilidade documental no Regional, focando, inicialmente, na resolução do problema com os formulários. Ressaltou que a criação do Grupo de Trabalho seria importante, também, para formalizar a participação das pessoas em relação ao tema, já que os temas são abordados de modo informal. A servidora Erika frisou que, durante levantamento realizado, foi constatado que atualmente existem mais de 200 formulários, sendo que nenhum deles está acessível. A sugestão da criação do grupo foi acatada por todos os presentes, e foi deliberado que o SAI deverá oficializar ao Exmo. Presidente do Tribunal com a proposição de institucionalização do tema, cujo escopo/termos deverá ainda ser amadurecido por meio de mensagens entre os membros.

Francisco destacou que o Exmo. Desembargador Dr. Marco Antônio Paulinelli de Carvalho foi nomeado para participar do Comitê de Pessoas com Deficiência no Âmbito Judicial, por meio da Portaria CNJ Nº 222, de 23 de junho de 2022. Francisco ressaltou a importância dos trabalhos do SAI estarem alinhados com o trabalho desenvolvido no referido Comitê, tendo em vista que nele serão tratadas políticas de acessibilidade a serem implementadas nos Tribunais. Sendo assim, sugeriu que o Dr. Marco Antônio seja convidado para as próximas reuniões, com o que concordaram todos os integrantes do SAI.

Dando seguimento aos temas constantes da pauta da reunião, Júnia retomou as ações definidas na reunião anterior, informado que foi encaminhado ofício à Presidência, referente à proposta de revisão da Instrução Normativa n. 78/2022. Informou que a resposta à proposta encontra-se no processo de e-PAD 17439/2022, apresentando um breve resumo da conclusão aos demais. Após, comunicou que o ofício à Escola Judicial foi confeccionado e será encaminhado. Informou ainda que o problema de acessibilidade do Sistema de Abertura de Chamados foi resolvido e a atualização do recadastramento anual obrigatório de servidores, para incluir perguntas sobre deficiência, foi realizada. Também em relação ao recadastramento e consequente levantamento de dados sobre servidores com deficiência no Regional, Júnia relatou a necessidade de definição de fluxo de trabalho a partir das respostas que serão recebidas. Foi sugerido que tais respostas sejam recebidas pela Seção de Gestão Sustentável e as pessoas com deficiência que não estivessem no cadastro já existe, alimentado pela Seção de Apoio Social ao Trabalho (SAST)/Secretaria de Desenvolvimento de Pessoas, sejam acrescentadas, com alguma marcação que identifique que elas não estavam anteriormente cadastradas. Tal dado seria repassado à SAST que, por sua vez, entraria em contato com tais servidores e prestaria todas as informações importantes. Questionado, João Roberto esclareceu que tais informações/atendimentos envolvem dar ciência à pessoa sobre seus direitos, providenciar eventuais adequações necessárias em seu ambiente de trabalho, possibilitando o exercício integral e independente de suas funções, entre outros. Embora todos os presentes tenham concordado com a proposta, destacou-se a necessidade de que tais sugestões sejam repassadas à Secretaria de Saúde, para que

se manifestem, tendo em vista a necessidade de verificar se a Secretaria também precisaria do repasse da referida planilha.

Dando seguimento, foram debatidos os apontamentos relativos à acessibilidade e inclusão da Correição Ordinária realizada pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) neste Regional, durante o período de 06 a 10 de junho de 2022. Tais apontamentos detiveram-se à acessibilidade física, quando foram elencados os imóveis que não possuíam a acessibilidade física de forma integral. Dr. Paulo Maurício solicitou que as áreas envolvidas prestassem os esclarecimentos pertinentes ao grande número de unidades citadas na correição, o que ficou de ser realizado pela Secretaria de Engenharia e Secretaria de Gestão Predial. Francisco pediu a palavra e lembrou que, embora a acessibilidade digital não tenha sido citada na auditoria, ela também não está concluída integralmente no Regional e precisa ser considerada, com o que todos concordaram. Andreia destacou a importância de revisão do Plano de Metas de Acessibilidade do SAI, que precisa ser pensada em consonância com as correções a serem realizadas diante dos apontamentos da Correição. Hudson informou que tem feito um trabalho conjunto com a SENG sobre a acessibilidade. Disse que tinha prestado informações à Corregedoria, através do epad 17585/22, e imagina que pode ter tido outra informação de forma diferenciada. Pontuou que o enfoque que foi passado para a Corregedoria pode ter sido diferente da SENG e que precisa elucidar uma possível distorção; que há algumas informações a serem atualizadas. Disse que a SEGRPE está fazendo intervenções mais “pesadas” (como adaptação de IS PINE) e que a SENG poderia estar fazendo um detalhamento mais pormenorizado, com enfoque também em intervenções mais acessórias e superficiais (a exemplo de sinalização e outros acessórios) que demandam atualizações frequentes em normativos a serem agregados; bem como de empresa especializada em projetos de acessibilidade física, execução e manutenção, e que para tais requisitos, os trabalhos estão andando e que tem havido uma melhora, mas não sabe se o relatório conseguiu transmitir isso. Questionado pelo Dr. Maurício se o relatório foi enviado para a Corregedoria, Hudson respondeu que foram enviadas as respostas mas que não sabe se foram enviadas para a equipe da Corregedoria. Gerusa informou que estão sendo realizados processos de licitação para a confecção de projetos de acessibilidade para os imóveis da capital e do interior, tendo em vista a grande quantidade de imóveis a

serem adequados e o número escasso de servidores. Para a posterior execução dos projetos a serem fornecidos a partir da licitação, comunicou que existe a possibilidade de contratação de empresa, também, para a execução das obras, caso os contratos da Secretaria de Gestão Predial não sejam suficientes. Gerusa disse imaginar que as informações possam ter sido oferecidas a partir dos relatórios que são encaminhados, no que Dr. Paulo Maurício ratificou a solicitação de averiguar o ocorrido, verificando as informações oferecidas e elaboração de um relatório. Hudson então sugeriu que as Secretarias de Engenharia e Gestão Predial se reunissem e averiguassem quais informações foram fornecidas por cada setor. Andreia sugeriu que também essas Secretarias encaminhassem sugestões para o Plano de Metas de Acessibilidade. Francisco ressaltou que muitas empresas que executam as obras de acessibilidade não possuem pessoas com deficiência em seus quadros e, por isso, às vezes não se atentam para alguns dos detalhes a serem considerados, causando novos problemas de acessibilidade. Gerusa informou que as empresas com as quais já trabalharam para tais adequações são sempre muito cuidadosas e questionam sobre quaisquer dúvidas de execução de acessibilidade que possuam, mas frisou que essa preocupação será levada em conta e ressaltada. Andreia sugeriu que, após as adequações de acessibilidade, o Regional convide algumas pessoas com deficiência para verificar as condições práticas das edificações, averiguando se o resultado é mesmo satisfatório. Foi acordado que será necessário realizar uma reunião extraordinária do Subcomitê no presente ano a fim de dar prosseguimento às discussões de acessibilidade física, bem como para avaliar o andamento dos trabalhos com a acessibilidade digital. Andreia destacou, também, a necessidade de revisão do Plano de Metas do SAI, anteriormente mencionada. Ficou decidido que o Plano atual será encaminhado aos membros do Subcomitê via e-mail, para que apresentem suas sugestões de atualizações. A Gestão Sustentável compilará todas as sugestões recebidas e apresentará a proposta de novo Plano de Metas na próxima reunião.

Júnia citou a Resolução CNJ 425/21 que instituiu no âmbito do Poder Judiciário a Política Nacional Judicial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua e suas interseccionalidades. Dr. Paulo Maurício sugeriu que essa Resolução seja aprofundada pelos membros do SAI e que seus tópicos sejam abordados em uma próxima reunião.

Dr. Paulo Maurício ratificou a necessidade de aprimoramento da acessibilidade digital, no que Francisco ressaltou ser a acessibilidade digital quase tão importante ou até maior do que a acessibilidade física. Márcia destacou que o Portal é todo acessível, a questão é sobre os documentos produzidos pelas áreas. Andreia questionou se a forma de criação do grupo de trabalho seria mesmo através da Presidência ou se seguiríamos a Governança dos Colegiados para a criação do Grupo de Trabalho, no que o Dr. Paulo Maurício ratificou a necessidade de institucionalização do tema através da Presidência. O último tema a ser abordado foi a questão de tradução de libras para os eventos do Tribunal, quando Júnia perguntou sobre quais seriam as ocasiões que demandariam tradução. Dr. Paulo Maurício respondeu que fossem realizadas em todas as sessões e eventos, propondo também uma pesquisa em outros Tribunais de forma geral. Júnia respondeu que o TST disponibilizou um link com essas informações e que fará o levantamento junto aos outros órgãos. Sem mais a acrescentar, Júnia agradeceu a participação de todos os presentes e encerrou a reunião. Para constar, eu, Andreia da Silva Rosa, servidora da Seção de Gestão Sustentável da Diretoria de Administração, lavrei a presente ata.

Assinatura - Ata de 2ª Reunião do SAI - 2022 ¹

DES. PAULO MAURÍCIO RIBEIRO PIRES
Coordenador

ANDREIA DA SILVA ROSA
Seção de Gestão Sustentável

DANIELA DE OLIVEIRA CASTRO
Diretoria de Gestão de Pessoas

EDER LUCIO DE ALMEIDA
Secretaria de Comunicação

ERIKA GOULART SANTOS
Diretoria de Gestão de Pessoas

FRANCISCO DA SILVA SOARES
Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e
de Ações Coletivas

¹ As assinaturas serão registradas mediante email de concordância com os termos da ata

GERUSA GONTIJO GUIMARÃES
Secretaria de Engenharia

HUDSON LUIZ GUIMARÃES
Secretário de Gestão Predial

JOÃO ROBERTO DE F. PEREIRA
Sec. de Desenvolvimento de Pessoas

JÚNIA PAULA FERNANDES DE OLIVEIRA
Seção de Gestão Sustentável

MÁRCIA SOUSA LAGES
Diretoria de TIC

RENATA FRANCO NUNES
Diretoria de Administração